



CÂMARA MUNICIPAL DE MARILÂNDIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Marilândia, 13 de março de 2026.

De: Assessoria Jurídica

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 173/2026

Proposição: PROJETO DE LEI ORDINÁRIA nº 19/2026

Autoria: Poder Executivo

Ementa: ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 908, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, QUE INSTITUI MEDIDAS PARA O COMBATE AO MOSQUITO AEDES AEGYPTI, TRANSMISSOR DA DENGUE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Emitir Parecer Jurídico

Ação realizada: Parecer emitido

Descrição:

Diante do exposto, conclui-se que o **Projeto de Lei Ordinária nº 19/2026**, trata de matéria de **interesse local**, inserida na competência legislativa municipal, possui fundamento no **poder de polícia sanitária** e na proteção da saúde pública, e, é **materialmente constitucional**.

Neste sentido, **opina-se pela constitucionalidade, legalidade e regular tramitação do Projeto de Lei**, podendo ser aprovado pelo Poder Legislativo municipal, observadas eventuais adequações técnicas em análise.

Quanto mérito, deixamos de se pronunciar, sendo essa competência exclusiva das Comissões Temáticas e do Soberano Plenário desta Augusta Casa de Leis.

Próxima Fase: Análise para inclusão no Expediente

JACIANO VAGO
Assessor Jurídico
131591



Autenticar documento em <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100380035003300340035003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100380035003300340035003A005400

Assinado eletronicamente por **JACIANO VAGO** em **13/03/2026 13:26**

Checksum: **CE6B6E81C5AD6B1642D6C1C07DD1BF0AE8844E234D16D53A9053237DE15D4529**



Autenticar documento em <https://marilandia.splonline.com.br/autenticidade>
com o identificador 3100380035003300340035003A005400, Documento assinado digitalmente conforme
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.